

## DIREITO DO ABORTO NA FRANÇA E AS INFLUÊNCIAS EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO

Maira Jane Santos dos Santos<sup>1</sup>

Thyara Gonçalves Novais<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como tema principal o direito do aborto na França e as influências em nosso ordenamento jurídico. Tendo como objetivo investigar as implicações sociais, jurídicas e de saúde pública decorrentes da possível descriminalização do aborto na sociedade brasileira, utilizando a experiência da França na aplicação do procedimento e sua integração ao ordenamento jurídico como referência, e propor estratégias eficazes para garantir o acesso e o direito da mulher à interrupção voluntária da gravidez no contexto brasileiro. Neste sentido, o aborto ainda é um tema em construção em nosso ordenamento jurídico, mas a sua prática já existe no nosso contexto cultural. Por isso, levando em conta que já é uma realidade em nosso país devemos discutir a solução para regularização dessa prática. A criminalização da prática do aborto, no que concerne o Estado democrático de Direito, necessita justificativa moral que esteja de acordo com o princípio do pluralismo político art. 1º, inciso V da Constituição Federal e com o princípio da promoção do bem de todos, vedada qualquer espécie de discriminação art. 3º, inciso IV da Constituição Federal. O tipo de pesquisa a ser realizada será uma Revisão de Literatura, onde serão pesquisados livros, dissertações e artigos científicos. Esperamos que, ao final desta pesquisa os resultados possam gerar de subsídio para que haja novas discussões acerca do tema e posteriormente ao madurar estes questionamentos possa gerar novas proposta para um projeto de lei no que tange a legalização do aborto no Brasil.

7170

**Palavras-chave:** Direito na França. Direito no Brasil. Aborto.

### 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a interromper a gravidez é uma questão complexa e multifacetada que envolve aspectos legais, sociais, culturais e éticos. Na França, a legalização do aborto tem sido um marco significativo para os direitos reprodutivos das mulheres, influenciando debates em várias partes do mundo, incluindo o Brasil. Este projeto tem como foco principal analisar o impacto do ordenamento jurídico francês sobre a legalização do aborto e suas possíveis influências no contexto legal brasileiro.

A França iniciou o debate sobre o aborto em 1975, quando aprovou uma lei que garantia a interrupção da gravidez voluntária. Essa legislação permitia que o procedimento fosse realizado por um médico até a 10ª semana de gravidez, com a opção de a gestante alegar angústia ou risco para sua vida ou saúde em qualquer momento. Além disso, estabeleceu que a gestante

<sup>1</sup>Estudante. Faculdade de Ilhéus-Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUP).

<sup>2</sup>Mestre em Direito pela UNIFG. Professora do Centro de Ensino Superior da Faculdade de Ilhéus (CESUP).

deveria receber assistência e aconselhamento em instituições específicas, visando abordar questões sociais relacionadas à decisão (Sarmiento, 2010).

O Brasil incorporou em seu arcabouço jurídico, através de tratados internacionais, os princípios da autodeterminação individual e da liberdade de escolha da mulher em questões de planejamento reprodutivo. Esses direitos têm sido objeto de discussão na jurisprudência internacional, trazendo um aumento das hipóteses em que o aborto é permitido em diversos países (Pires, 2013).

No entanto, no sistema jurídico brasileiro, conforme estabelecido pelo Código Penal, apenas duas situações não são passíveis de punição no caso de aborto: quando a gestação representa risco à vida da mulher e nos casos de gravidez resultante de estupro (CP, ART. 128).

Apesar disso, a questão da interrupção da gravidez indesejada continua sendo extremamente controversa. Seja por decisões relacionadas ao planejamento familiar ou por motivos econômicos, ainda encontramos posições divergentes sobre esse tema na jurisprudência brasileira. Esta introdução busca explorar os desafios éticos, legais e sociais que permeiam o debate em torno do aborto no país (Pires, 2013).

Neste sentido, essa investigação é baseada neste questionamento: que aspectos do sistema jurídico francês moldam as discussões sobre a descriminalização do aborto no Brasil?

7171

Tem-se como hipótese que a criminalização do aborto no Brasil, com exceções limitadas, resulta em um cenário de clandestinidade e riscos à saúde das mulheres. A busca por alternativas seguras e legais para a interrupção da gravidez coloca em evidência a necessidade de um debate aprofundado sobre o tema. Diante desse contexto, a experiência francesa, com sua trajetória de legalização e regulamentação do aborto, emerge como um importante ponto de referência para o Brasil.

No entanto, a transposição de modelos jurídicos entre países com realidades socioculturais distintas exige uma análise cuidadosa das especificidades de cada contexto. Este trabalho busca contribuir para essa análise, investigando em que medida o sistema jurídico francês influencia as discussões sobre a descriminalização do aborto no Brasil e quais os desafios e oportunidades que se apresentam nesse processo.

Buscando trazer resposta ao problema, o objetivo geral que é de investigar as implicações sociais, jurídicas e de saúde pública decorrentes da possível descriminalização do aborto na sociedade brasileira, utilizando a experiência da França na aplicação do procedimento e sua integração ao ordenamento jurídico como referência. Especificamente pretende-se: a) explorar

o conceito de aborto na sociedade francesa, examinando sua relevância para o contexto brasileiro; b) identificar os principais argumentos que levaram à descriminalização do aborto na França e sua possível aplicabilidade no cenário brasileiro; c) analisar o impacto do ordenamento jurídico francês no debate sobre o aborto no Brasil, investigando como a legislação e os precedentes judiciais franceses podem influenciar as discussões legais e sociais no contexto brasileiro.

Para abordar essas questões, a metodologia adotada será uma Revisão Bibliográfica, onde serão pesquisados e comparados dissertações, artigos científicos e reportagens, selecionados através de busca em bases de dados acadêmicas, sites de banco de dados e Google Acadêmico. A análise qualitativa dos textos selecionados permitirá identificar padrões e temas recorrentes, elucidando a influência do sistema jurídico francês sobre o debate no Brasil.

O estudo se justifica pelo fato de que, o direito da mulher a interromper a gravidez voluntariamente é um tema bastante discutido no mundo em geral que tem garantido por Lei este direito em seus ordenamentos jurídicos, um deste países é a França que tem consolidado o direito a ao aborto a quase 50 anos em seu sistema jurídico. E atualmente esse direito foi assegurado na sua constituição federal, tornando-se direito fundamental (Imbacht et al., 2024).

Ao observamos a sociedade Francesa, percebemos o quão importante foi resguardar esse direito a mulher e como isso transformou a sociedade de maneira positiva, pois é notório como os números de abortos caíram ao decorrer do tempo, e ao mesmo tempo percebe-se a construção de políticas públicas que impactaram diretamente na sociedade positivamente. Além do mais, podemos observar o quanto as famílias são mais conscientes em relação a gravidez e percebemos o quanto as estruturas familiares estão mais organizadas e mais iguais, acarretando em uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é notório que ao trazer essa discussão para o nosso país, teríamos grandes benefícios na sociedade. Tendo em vista, que o aborto ainda é um tema em construção em nosso ordenamento jurídico, mas que sua prática, porém é comum em nosso contexto cultural. Por isso, levando em conta que já é uma realidade em nosso país devemos discutir a solução para regularização dessa prática. Com a legalização do aborto e a construção de políticas públicas, teremos uma mudança socioeconômica no país, pois vivemos em uma sociedade que é extremamente injusta e desigual. Portanto, é de extrema importância que essa situação seja resolvida e que mudança em nossa legislação ocorra para que haja um bem social comum uma melhora econômica em nosso país.

## 2 DIREITO DO ABORTO NA FRANÇA E AS INFLUÊNCIAS EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO

### 2.1 O aborto no sistema jurídico brasileiro

O Estado Democrático de Direito à luz dos princípios constitucionais que permeiam o nosso ordenamento jurídico tem nos dado grandes questionamentos acerca de debates sociais importantes para a construção de uma sociedade igualitária. Quando falamos de direitos reprodutivos, temos o olhar para a liberdade individual de autodeterminação que oferece embasamento jurídico para a inconstitucionalidade de criminalizar o aborto. Temos dois grupos que discutem a cerca dessa temática, a primeira posição no sentido da defesa da autonomia da gestante e a outra para gravidez indesejada e uma segunda posição no que diz respeito a supremacia dos interesses do nascituro, (Pires, 2013).

Portanto, entramos em um entrave de interesses e princípios constitucionais sobrejacentes e que se chocam ao defender os seus ideais. Quando nos deparamos com a discussão da legalização da interrupção da gravidez voluntária, chocamos com os princípios da liberdade de consciência, e da crença religiosa, ou seja, nos adentramos em uma problemática que não está intrínseca há questões morais sobre a vida do embrião, mas se coloca em consonância com as crenças religiosas dos indivíduos que a defendem. Por outro lado, o posicionamento daqueles que defendem que o aborto seja legalizado tende a fundamentar que o direito do nascituro é tutelável em graus distintos dependendo do período gestacional em que a gestante se encontra (Pires, 2013).

7173

Para que essa discussão seja conduzida com seriedade, é essencial reconhecer que o Estado deve ser laico e se manter neutro em relação a preceitos religiosos. Além disso, a ciência comprova que, nos estágios iniciais, a interrupção da gestação não representa, de fato, a supressão de uma vida humana plenamente desenvolvida. Sob essa perspectiva, percebe-se que a proibição do aborto afeta diretamente a vida das mulheres, impactando-as de forma mais intensa do que os homens. Isso gera uma desigualdade de interesses, especialmente no que diz respeito ao processo de deliberação política, e reforça a importância de considerar o direito das mulheres à autonomia sobre seus próprios corpos. (Pires, 2013).

Assim, compreende-se que o aborto afeta de forma significativamente mais profunda a vida da mulher do que do homem, revelando uma desigualdade nas condições enfrentadas por ambos. Esse cenário impõe à mulher uma carga exclusiva das consequências decorrentes da

interrupção da gestação, afastando-a de uma posição de igualdade e comprometendo sua autonomia nas decisões de seu próprio corpo.

O Brasil aceitou em seu ordenamento jurídico mediante tratados internacionais os princípios da autodeterminação individual e o de dar à escolha para a mulher ao seu planejamento reprodutivo, sendo estes direitos motivos de discussão na jurisprudência internacional, as quais promovem uma ampliação das hipóteses de liberação do aborto em alguns países (Pires, 2013).

Neste contexto, notamos que a mulher está em uma de posição de desigualdade e que afeta diretamente a sua vida social, portanto isso consequentemente vai de encontro com os princípios de igualdade e os princípios da autodeterminação individual, e o princípio de dar à escolha para a mulher ao seu planejamento reprodutivo. Nota-se que ao não cumprir esses princípios fundamentais a mulher não consegue ter sua liberdade plena sobre si mesma e sobre o seu corpo.

No sistema jurídico brasileiro disposto no Código Penal, só existe duas possibilidades de não punibilidade do aborto, no caso que seja para salvar a vida da gestante e quando a gravidez é resultado de estupro (CP, ART. 128).

Entretanto, a interrupção da gravidez indesejada é um tema muito controverso, seja por decisão do planejamento familiar ou por razões econômicas. Encontramos decisões contrárias a essa temática. O poder legislativo por vezes tem discutido essa questão, como podemos observar na PL 1135/91, que propôs a descriminalização do aborto tendo sido apreciado em 2008, e sido rejeitado por maioria com fundamento na inviolabilidade do direito à vida, já em outros termos, o PL 478/2007, denominou o “Estatuto do Nascituro”, que elimina as atuais excludentes de ilicitude do aborto, dando proteção absoluta aos direitos da vida pré-natal, sendo aprovada em 2010 pela “Comissão de Seguridade Social e Família” (Pires, 2013). 7174

Tem havido um debate desde de 2012 para reforma do Código Penal e consequentemente com a alteração do artigo 128, que pretende incluir em seu texto, questão em que trata sobre os fetos anencefálicos ou anômalos.

Já no caso em quando há a vontade da gestante de buscar a interrupção da gravidez até 12º semanas da gestação, o Conselho Federal de Medicina firmou posição favorável, argumentando o direito de a mulher de poder escolher independentemente de laudos médicos ou psicológicos. Eles deixaram claro que este posicionamento se deve ao fato de que o aborto

após esse período se tornaria um risco para a integridade física da mulher, e por conta do sistema nervoso central do feto que se forma a partir da 12<sup>o</sup> semana de gestação (Pires, 2013).

Portanto, chegamos a uma constatação Científica de que o feto não estaria compatível com a vida, sendo assim, não haveria motivos para o Estado ser coercitivo sobre a liberdade de escolha da mulher e até mesmo sobre sua autonomia reprodutiva. Então, na verdade o que deveria ser estabelecido aqui, não deveria ser se o aborto deve ser permitido ou não e sim até que ponto seriam os limites do aborto e do feto e a sua compatibilidade com a vida.

A jurisprudência vem estabelecendo preceitos normativos para limitar os direitos atribuídos a vida pré-natal, no caso deles desarmonizarem com outros direitos de igual ou maior proteção jurídica. Neste sentido, a uma decisão do STF ADIN 3510, que declarou constitucional o artigo 5<sup>o</sup> da Lei 11.105-05, dando anuência para o uso de embriões nas pesquisas de células-tronco, e nas possibilidades previstas na Lei. Semelhante a isto, vemos também outra decisão que proporciona maior avanço no que tange as liberdades individuais no cenário da jurisdição brasileira, esta decisão se trata da ADPF54 que considerou inconstitucional a interpretação que criminalizava a interrupção da gestação de feto anencefálico (Pires, 2013).

Portanto, percebe-se que já existem decisões em sentidos favoráveis para a utilização do embrião em pesquisas, não se importando nestas situações sobre a vida do feto, que é tanto debatido nas questões do aborto. 7175

Todavia, é fundamental que se faça uma reelaboração do argumento jurídico a respeito do aborto ético e humanitário, da qual a única hipótese para a sua concepção no código penal brasileiro se dá através da gravidez resultante de estupro, no qual o fundamento para sua realização é o da proteção à saúde mental da mulher, este mesmo argumento se é utilizado para a interrupção da gestação anencefálica.

Dessa maneira, podemos concluir que dentre outros critérios de avaliações aos direitos reprodutivos da mulher a sua saúde mental merece ser considerado como um conceito atual intrínseco a ela, e que deve ser considerado dentro da atualização do arcabouço normativo atual. O Ministério da saúde tem levado isso em consideração ao desenvolver políticas públicas na linha de redução de danos à saúde da mulher (Pires, 2013).

Percebe-se que os olhares para a mulher em relação às suas necessidades ainda são muito prematuros pois não notamos uma preocupação maior sobre o seu papel na sociedade e os seus sacrifícios perante o núcleo familiar e as consequências a sua saúde mental.

Vemos que o aborto passa por uma fase de grande reformulação, no sentido de enfrentamento para o problema de mortalidade materna decorrente do aborto ilegal, além de percebemos que a mulher sofre diversos entraves em sua vida social por conta de assumir maiores responsabilidades na criação e educação de seus filhos, e muitas vezes fazendo isso sem ajuda do homem.

As mudanças que vem ocorrendo no cenário judiciário e administrativo brasileiro no que tange o aborto, vem demonstrando a legitimidade dos princípios éticos incorporados nas normas constitucionais. A criminalização da prática do aborto, no que concerne o Estado democrático de Direito, necessita justificativa moral que esteja de acordo com o princípio do pluralismo político (CF, art. 1, V) e com o princípio da promoção do bem de todos, vedada qualquer espécie de discriminação (CF, art.3, IV).

Nesse sentido, percebemos que a mulher não está em par de igualdade com o homem, pois, além de não ter poder de decisão sobre o seu corpo, ela está intrínseca dentro de um meio social, onde é atribuída toda a responsabilidade dos filhos a mesma. Notamos isso, ao observarmos um processo de separação entre um casal, em que podemos perceber que na maior parte das vezes a criança fica aos cuidados da mãe. Podemos dizer que é um contexto cultural e que já faz parte do costume da nossa sociedade, mas a questão que estamos observando é que a responsabilidade de criação de uma criança fica com a maior carga para a mãe, seja ela solo ou não.

7176

O avanço na abordagem da temática sobre o aborto no Brasil ainda é insatisfatório, tendo um pequeno grau de acolhimento no que se refere sobre a consecução do direito de autodeterminação nas escolhas reprodutivas (Pires, 2013). Entretanto, a proibição do aborto, fundamentada em conceitos particulares não tem embasamento, visto ao novo estatuto constitucional brasileiro vigente.

Visando isto, o aborto efetuado no período inicial da gestação pode ser afirmado como um ato legítimo de exercício das liberdades fundamentais. Os resultados dos estudos demonstraram que a criminalização do aborto não tem alcançado a finalidade pretendida pela norma penal, por não se mostrar eficiente na coibição de sua prática. Portanto, o discurso jurídico acerca do tema deve centrar-se no propósito de rever o Código Penal, em relação a criminalização do aborto a luz do Estado Democrático de Direito, da pluralidade moral e da soberania da constituição (Pires, 2013).



Segundo a OMS, o aborto é a expulsão do conceito com cerca de 20º a 22º semanas completas de gestação, tendo peso inferior de 500 gramas. Todavia em razão de alto índice de mortalidade materna relacionada à sua prática, o aborto é considerado um problema de saúde pública.

Já no âmbito jurídico o aborto é entendido como crime que está tipificado nos artigos 124 a 128 do Código Penal, sendo compreendido como um processo que visa a interrupção da gravidez e conseqüentemente, a morte do feto (Cúnico et al., 2014).

Entretanto, sabemos que a interrupção ilegal da gravidez pode trazer consequências negativas para a mulher, sendo as mais atingidas nestas circunstâncias aquelas que vêm de origens familiares que são desprovidas de recursos financeiros, não podendo realizar o procedimento de maneira segura, sendo muitas vezes perigosos e colocando sua saúde em risco.

No que tange o judiciário, podemos notar que grande parte são favoráveis às mudanças na questão que se refere a saúde da mulher e isso se enquadra no contexto de estupro e acefalia, pois argumentam que a mulher estará vulnerável nas duas situações uma por ter sido violada e a outra por manter uma gestação sendo que o feto não possui vida, porém, quando nos adentrarmos a área acadêmica de futuros juristas, advogados e médicos percebemos que tanto os estudantes de direitos como de medicina são favoráveis a mudanças que ampliem as situações ainda não previstas em lei. (Cúnico et al., 2014).

7177

O nosso sistema jurídico não vem levando em consideração as questões narradas acima, porém, percebemos que a nossa sociedade já tem a prática do aborto inserido no seu contexto social, todavia, é feita grande parte por pessoas que tem condições de arcar com os custos de um aborto menos inseguro, já a classe social pobre pratica o ato de forma insalubre colocando a maioria das vezes sua vida em risco e acarretando conseqüentemente sequelas emocionais e físicas, e até mesmo em alguns casos para aquelas que detêm maior poder aquisitivo.

O aborto é uma questão de saúde pública, e nessa afirmação se sustenta o posicionamento para legalização do aborto, todavia, ainda temos muito o que caminhar, sendo a principal força contrária a isto, a sobreposição de crenças religiosas e filosóficas a ordem jurídica democrática. A uma série de questões que seriam levantadas pelos partidários da não legalização do aborto, que alegam que o feto é uma vida humana e seria criminoso e não humano a prática do aborto, mas isso não se dá no caso de estupro, o mesmo deixa de ser uma vida em caso de violência sexual, já tem os casos em que mesmo a mãe correndo o risco de vida, consideram inadmissível o aborto nestas circunstâncias, mesmo a mãe sendo uma pessoa e tendo ela também o direito à



vida. Ainda alegam, que o aborto aumentaria de maneira descontrolada caso fosse legalizado, mesmo que isso não ocorra em países aonde o aborto é legalizado (Cúnico et al., 2014).

Em suma, a mulher é um sujeito que já está inserido no mundo, e possui relações sociais e culturais que devem ser mantidas, diferentemente do feto que não teria ainda essas relações. Podemos pensar, que a climatização do aborto estaria ferindo os princípios da autonomia, por não dar a mulher o direito a interrupção da gravidez indesejada, e o princípio da justiça, visto que penaliza a mulher de certa maneira por ter engravidado, não levando em consideração que nem todas as mulheres têm acesso a métodos contraceptivos e que tais métodos não são 100% eficazes (Cúnico et al., 2014).

Dito isto, mesmo com a proibição do aborto, as mulheres ainda continuam realizando o aborto, mesmo que ele não esteja legalizado no país, se submetendo por muitas vezes a procedimentos em clínicas clandestinas que não possuem as condições adequadas de higiene, e consequentemente colocando sua saúde e integridade física em risco.

Portanto, os efeitos dissuasórios da legislação repressiva são mínimos, pois não inibe a prática do mesmo e não obtemos quase nenhuma condenação neste sentido, não protegendo a vida do feto em questão, mas retirando a vida plena para a mulher e comprometendo sua saúde. Deve-se ser levado em consideração a autonomia da mulher, mesmo que essa não seja absoluta, seja pelo prisma moral ou pela perspectiva jurídica (Sarmiento, 2010).

7178

## **2.2 O processo do aborto na sociedade brasileira**

O aborto é considerado um problema de saúde pública, principalmente em razão do alto índice de mortalidade materna relacionado à sua prática. Segundo a OMS, o aborto é a expulsão do conceito com cerca de 20º a 22º semanas completas de gestação, tendo peso inferior a 500 gramas. O Ministério da Saúde (2011) estimou que no Brasil ocorreram mais de um milhão de abortos inseguros em um ano, sendo um procedimento comum entre mulheres com alto nível de escolaridade e independência financeira. Segundo Pires (2013) coloca que algumas pesquisas revelam que mulheres entre 18 e 39 anos já praticaram o aborto, e mais de uma em cada cinco, ao completarem 40 anos, já o fizeram.

Esses dados demonstram que o aborto já é uma prática comum no Brasil, sendo que as mulheres mais pobres, ao não terem acesso a um procedimento seguro, acabam correndo maiores riscos e comprometendo a sua saúde, podendo até levar a morte da gestante. Mesmo a criminalização não inibe a prática, resultando em efeitos dissuasórios mínimos, ou seja, a

mulher continua a praticar o ato sem ter maiores consequências jurídicas, o que nos leva o questionamento sobre a eficácia da lei do aborto na sociedade.

Além disso, a mulher sofre com as maiores responsabilidades na criação dos filhos, muitas vezes sem o suporte dos genitores, ocasionando para a mulher a maior parte dos deveres, enquanto o homem sempre fica com o mínimo, sendo que por muitas vezes há uma omissão das responsabilidades, não é à toa que vemos vários casos de falta de pagamento de pensão alimentícia espalhados pelo país.

Porém, essa análise sobre este tema deve ser analisada fora do contexto de formação social e religiosa, fato que coloca a mulher como o centro da discussão, que traz com ela a suas expectativas de vida, no plano existencial, profissional e financeiro (Pires, 2013).

Devemos nos atentar ao fato de que a mulher desempenha um papel fundamental na sociedade aonde a mesma assume grande parte da organização familiar, vemos que a mulher se coloca na posição de mãe, dona de lar, trabalhadora e de por muitas vezes de chefe do seio familiar, o que há coloca com a maior parte das responsabilidades e isso impacta diretamente na sua vida cotidiana. E quando falamos de aborto não podemos deixar de notar essas questões que permeiam a nossa sociedade.

A prática do aborto vem sendo realizada de forma mais constante por mulheres com o nível de escolaridade alta, e que mesmo com a proibição da prática as mesmas não deixaram de realizar o procedimento, sendo esse levantamento analisado por diversos tipos de mulheres, que ocupam diversos espaços na sociedade e que possuem diversas crenças religiosas, que ao se depararem com a gravidez indesejada optam por interrompê-la (Cúnico et al., 2014).

Neste aspecto, nos deparamos com uma realidade em que a população com auto nível de escolaridade tem maior acesso ao aborto obtendo maior facilidade, por conta disso a mesma tem maior acesso a cuidados médicos adequados devido as suas condições financeiras, portanto, não sofrendo maiores represálias por sua prática. O que nos leva a questionar a eficácia e eficiência da lei em inibir sua prática e quem de fato está sofrendo as consequências pela não legalização do aborto no país.

O Ministério de Saúde (2011), estimou-se que no Brasil ocorreram mais de um milhão de abortos inseguros no ano, ainda um estudo do PNA, Pesquisa Nacional do Aborto por meio de levantamento de dados constatou que mulheres entre 18 e 39 anos já praticaram o aborto no Brasil. Demonstrando ao analisarmos esse fato que o aborto já é uma realidade comum no Brasil, praticado especialmente por mulheres com alto índice de escolaridade e de independência

financeira. Considerando ainda que mais de uma em cada cinco mulheres, ao completarem 40 anos, já haviam praticado um aborto. O Estudo ainda levantou que metade das mulheres tomaram medicamentos para interrupção da gravidez e que o nível de hospitalização pós aborto foi alta (Cúnico et al., 2014).

Quando nos deparamos nestes aspectos analisamos que o aborto é uma prática que já está implantada no cenário brasileiro, e a conclusão que chegamos é que a sociedade brasileira incorporou essa prática entro do contexto social e a legislação não consegue obstar esse comportamento social, e nos deparamos com a questão do objetivo da lei e de sua função social.

De acordo com Leão (2021) a legislação deve cumprir a sua função social para qual foi formada:

Segundo Neves (1994), existem legislações das quais nem sempre o intuito delas é o cumprir com a programação indicada pela atividade legislativa. De fato, pessoas são eleitas pelo público para ocuparem temporariamente posições que devem representar a opinião do povo, uma vez que faz parte da perpetuação da democracia. Conforme as individualidades de cada sociedade, muitas vezes, um determinado grupo tem uma tendência a se destacar. Dessa forma, esse destaque pode advir de diversas formas, como por uma grande quantidade de pessoas, com pensamentos similares ou pela simples imposição de pensamentos dominantes. A atividade legiferante, propaga um objetivo para cada condenação proposta, muitas vezes, com o intuito de coibir determinado ato, dessa forma, as legislações possuem uma função instrumental. Nesse contexto, essa função indica que a norma possui um fim, para a qual ela é editada e sancionada, dessa forma, para se alcançar a instrumentalidade a legislação deve possuir eficácia. Uma vez que ela não atingiu a sua programação ela pode possuir funções distintas da programação dela, para isso a lei deve ser apta a produção dos seus efeitos jurídicos, como aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade. Portanto, a instrumentalidade de uma lei pode ser medida com base em sua aplicabilidade e consequentemente os efeitos jurídicos produzidos em decorrência dela, a exigibilidade para que a norma não se transforme em uma letra morta dentro do Código Penal e, por fim, a executoriedade com o fim que a legislação não permita eventuais transgressores permaneçam impunes diante de violações ao ordenamento jurídico (Leão, 2021, p.51).

Portanto, é notório que a lei deva caminhar para uma solução que atenda às necessidades de uma sociedade e que tenha um sentido para sua existência, quando entendemos que o aborto ao não ser legalizado tem diversas consequências negativas na sociedade e consequência disso é notado nos grandes números de mulheres que procuram os seios hospitalares com sequelas da prática do aborto. Além do, mas, percebemos que as mulheres que obtém melhores oportunidades tendem a praticar o ato com maior dignidade não precisando buscar normalmente esses recursos. O que coloca a questão sobre que as mulheres de baixa renda são mais afetadas no contexto da proibição da prática do aborto. Ora, se não há um recuo na prática, portanto também não podemos falar de eficácia da norma imposta. Fica então o questionamento de qual de fato é o objetivo da lei e se ela está em consonância com o comportamento da sociedade.

Por muitas vezes o que parece está em pauta não são as questões socas ou as da vida do feto, parece que tange essa questão está, mas ligado a questões de viés religiosos, o que foge da concepção de Estado laico que está garantido na Constituição.

Sabemos, no entanto, que nossa sociedade é formada de todos esses grupos socas e suas opiniões devem ser levadas em questões, mas quando suas opiniões acabam por ferir os direitos dos demais que devem ser resguardados e protegidos igualmente, deixamos de ser um Estado Democrático de Direito, e corremos de tratar os iguais como iguais e desiguais como desiguais a medida de suas desigualdades como garante a nossa Constituição.

### 2.3 A história do aborto no sistema jurídico francês

Sarmiento, (2010) coloca que a partir da década de 60, o processo de emancipação da mulher e o processo de Estado laico, e outros fatores, trouxeram uma forte tendência a liberação do aborto em vários países. Sendo um deles a França, que aprovou a Lei n° 75/17, tendo vigência de 5 anos e permitindo a interrupção voluntária da gravidez, nas 10<sup>o</sup> primeiras semanas de gestação.

No Brasil, esse tema vem sendo levantado a muito tempo, todavia, não avançamos muito nessa temática, o aborto ainda é tratado como um tabu. Há dois tipos de pessoas que discutem o aborto, as primeiras seriam as que são a favor deste direito ser incluído em nosso ordenamento jurídico. Já as outras seriam as que defendem a vida do embrião, porém, essa discussão continua em um impasse.

7181

Mas, ao observarmos os dados de mulheres que praticaram a interrupção da gravidez de maneira voluntária, vemos que os dois grupos são adeptos. Neste sentido, percebemos que o aborto já é uma prática da sociedade brasileira, não contando com a participação do Estado para a fiscalização da mesma, pois, a prática é considerada ilegal em nosso país, sabendo-se disso, poderíamos aprender com exemplos de países que já consolidaram esse direito em sua sociedade e no seu ordenamento jurídico, para poder compreender suas nuances e saber como poderíamos lidar com essa prática que já é um fato cultural em nosso país. (Sarmiento, 2010).

E isso nos remete cenário mundial e como eles vem discutindo os direitos reprodutivos da mulher e o aborto em seu ordenamento jurídico.

A França tem sido um dos países pioneiros na legalização do aborto, com uma legislação que passou por vários marcos históricos. A Lei n° 75/17, aprovada em 1975, permitiu a interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 10<sup>o</sup> semanas de gestação, sob justificativa de

que a gravidez causava angústia à mulher ou colocava em risco sua vida ou saúde. Em 1979, a Lei foi transformada em definitiva, e, em 1982, outra legislação foi promulgada, estabelecendo que 70% dos custos do aborto seriam cobertos pela Seguridade Social Francesa (Sarmiento, 2010).

Em 2001, a França ampliou o prazo legal para a interrupção da gravidez para até 12<sup>o</sup> semanas. Em 2014, tornou-se o primeiro país a incluir o direito ao aborto dentro de sua Constituição, estabelecendo-o como um novo princípio fundamental (Sarmiento, 2010).

E atualmente no ano 2014, a França veio a ser o primeiro país do mundo a incluir o direito de a mulher realizar o aborto dentro de sua Constituição, criando assim um novo princípio fundamental, tendo em vista que por décadas vem criando muitos dos princípios constitucionais que conhecemos e que aderimos na nossa Constituição.

A França começou a discutir o aborto em 1975 e aprovou uma lei que permite a interrupção voluntária da gravidez, dando às mulheres grávidas o direito de fazer um aborto antes da 10<sup>o</sup> semana de gravidez (Sarmiento, 2010).

Essa condição ocorria se a gravidez for dolorosa ou quando a vida ou a saúde da mulher estiver em risco. A lei estipulava que este procedimento deveria ser realizado por um médico, e as mulheres grávidas podem dirigir-se a centros que prestam ajuda e aconselhamento sobre questões sociais (Sarmiento, 2010).

Em 1979, a lei se tornou definitiva, e em 1982 uma nova legislação estabeleceu que 70% dos custos médicos e hospitalares fossem cobertos pela seguridade social francesa. Mais tarde, em 2010, a Lei 2001-558 trouxe inovações, ampliando o prazo para a interrupção voluntária da gravidez para a 12<sup>a</sup> semana (Sarmiento, 2010).

A França tornou-se o primeiro país a garantir o direito ao aborto em sua Constituição. Essa decisão histórica, ampliada no âmbito legislativo e pela sociedade, foi saudada como um marco significativo para os direitos reprodutivos no cenário internacional (Brasil de Fato, 2024).

Neste cenário observamos que a França consolidou o direito ao aborto ao incorporá-lo em sua Constituição. A experiência francesa com a legalização do aborto serve como exemplo para outros países, inclusive o Brasil, que poderia aprender com os avanços da França nesse campo. Enquanto a França consolidou o direito ao aborto em seu ordenamento jurídico, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios e debates sobre o tema, com forte resistência de grupos conservadores e religiosos.

Segundo George Marmelastes, o caso francês serve como um convite para um debate racional e sério sobre o direito ao aborto, especialmente em contextos nos quais a legislação e as

políticas públicas precisam equilibrar valores morais, direitos individuais e questões de saúde pública (Cruz, 2024).

Conforme apontam diversos estudos históricos, outros países europeus também enfrentaram debates legislativos sobre o aborto a partir da década de 1970, avançando gradativamente nas décadas seguintes. Com as mudanças nas composições políticas, o tema tende a retornar ao centro do debate, refletindo os desafios em conciliar valores morais e direitos individuais no cenário político atual (Cruz, 2024).

Portanto, observa-se uma evolução significativa no cenário global em relação ao aborto, com vários países garantindo o direito ao procedimento em seus ordenamentos jurídicos. Essa tendência reflete o reconhecimento crescente da autonomia e dos direitos reprodutivos das mulheres no mundo.

Apesar disso, a inclusão do aborto na agenda de saúde pública e os debates sobre a autonomia reprodutiva no Brasil têm sido influenciados por exemplos internacionais, como o da França.

Observar as mudanças na legislação francesa poderia influenciar o Brasil a tomar medidas para reconhecer o aborto como um direito fundamental, considerando a realidade social do Brasil e os princípios constitucionais de liberdade e igualdade.

7183

#### **2.4 A possível influência da França no Brasil**

A adesão do Brasil à legalização do aborto poderia trazer muitas vantagens, não apenas do ponto de vista dos direitos humanos, mas também para o fortalecimento de políticas públicas e de saúde. No que tange a saúde pública, a legalização poderia reduzir drasticamente o número de mortes e complicações causadas por abortos clandestinos e inseguros.

Como citado por Feitosa (2024), o elevado número de óbitos relacionados ao aborto a nível global é uma preocupação, portanto é notório que as políticas de legalização contribuiriam para evitar que mulheres busquem alternativas arriscadas fora do sistema de saúde. No caso da França, que recentemente inseriu o direito ao aborto em sua constituição, os direitos reprodutivos são protegidos por mudanças políticas, oferecendo segurança jurídica e social às mulheres (Imbacht & Romain, 2024).

Outro aspecto relevante é o fortalecimento do princípio de autodeterminação, fundamental para o exercício das liberdades individuais, conforme discutido por Pires (2013) e Sarmento (2010). A legalização permitiria que as mulheres tomassem decisões informadas e

livres de coerção sobre seus corpos, um direito que é essencial para que uma sociedade seja democrática e plural.

Além disso, com o aborto legalizado e regulamentado, o Brasil poderia garantir um acesso igualitário aos serviços de saúde, ampliando o suporte a mulheres em situação de vulnerabilidade, que de fato são as mais afetadas pela falta de acesso a procedimentos seguros. Nesse cenário, poderia o nosso país contribuir e combater as desigualdades e também poderia promover um cuidado médico mais inclusivo e ético para as mulheres que se encontram nessa situação em nossa sociedade.

Em resumo, ao adotar uma política de legalização do aborto, o Brasil poderia avançar na proteção da saúde das mulheres, garantir direitos fundamentais e contribuindo então para uma sociedade mais justa e equitativa. Neste aspecto, o nosso país poderia usar de exemplo a realidade francesa, buscando aprimorar essas questões e adequar para a realidade brasileira.

Exemplo disso, são os direitos constitucionais que foram incorporados na nossa constituição e hoje utilizamos eles constantemente em nossos fundamentos jurídicos. Tivemos, grandes adaptações e incorporação na nossa cultura com os mesmos. E hoje não conseguimos levantar questões de direitos sem apontar princípios constitucionais e fundamentais para nosso contexto social -democrático.

7184

O debate sobre o aborto no Brasil é complexo e repleto de questões sociais, culturais e religiosas. A recente introdução do direito ao aborto na constituição francesa pode servir de referência para nosso país, onde ainda há muita oposição à lei.

A experiência da França na garantia do direito ao aborto e o forte apoio jurídico poderia inspirar o Brasil a buscar mudanças na legislação e assim sendo possível promover um melhor debate sobre os direitos reprodutivos e a promoção da saúde da mulher em nosso país. Permitindo assim que sejam dadas garantias a mulher ao dar o direito de a mesma decidir sobre seu corpo e sobre si mesma.

Além do mais, o Brasil estará melhorando sua sociedade como um todo e respeitando os princípios constitucionais que estão incorporados na nossa constituição ao tratar esse aspecto de maneira séria e aderir isso em sua nossa legislação, protegendo uma classe negligenciada em vários setores sociais e que deve ter a mesma importância na sociedade.

Por fim, a legalização do aborto representa um avanço não apenas para as mulheres, mas para a sociedade como um todo. Ela reforça o compromisso com a saúde, a igualdade e os direitos fundamentais, além de promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Ao proteger as



mulheres e garantir sua autonomia, o Brasil estaria caminhando para se tornar uma nação mais justa, democrática e comprometida com o bem-estar.

Além disso, a legalização também fortaleceria o compromisso do Brasil com os princípios constitucionais de dignidade humana, autonomia e igualdade, o fortalecimento das políticas públicas relacionadas aos direitos reprodutivos e contribuiria para a educação e conscientização da população.

### 3 A proteção constitucional do Nascituro no Brasil e a visão da União Europeia

Entendemos que a proteção do Nascituro dentro do ordenamento jurídico brasileiro se dá de acordo com o desenvolvimento do mesmo, e o seu processo de formação, ao observar, percebemos que o próprio código Penal trata com diferenciação as penas do aborto e do homicídio simples. Podemos observar também nas questões de punibilidade em relação ao crime de aborto que são praticamente inexistentes novamente voltando ao paradoxo do sentido do aborto na legislação brasileira, e do nascituro sobre a perspectiva da mesma. Observamos isso ao analisar como a sociedade trata os tratamentos disponíveis para fertilização em vitro e como eles enxergam os embriões nestes procedimentos. Nesses casos, não vemos nenhuma reprovação sobre estes aspectos pela sociedade. Neste sentido podemos observar o que Sarmiento conclui:

Aliás, a idéia de que a proteção à vida do nascituro não é equivalente àquela proporcionada após o nascimento já está presente, com absoluta clareza, no ordenamento brasileiro. É o que se constata, por exemplo, quando se compara a pena atribuída à gestante pela prática do aborto - 1 a 3 anos de detenção (art. 124 do Código Penal) -, com a sanção prevista para o crime de homicídio simples, que deve ser fixada entre 6 e 20 anos de reclusão (art. 121 do mesmo Código). Trata-se, por outro lado, de noção fortemente arraigada no sentimento social - mesmo para os segmentos que reprovam a liberalização do aborto. Tomese o exemplo do aborto espontâneo: por mais que se trate de um fato extremamente doloroso para a maioria das famílias, o evento não costuma representar sofrimento comparável à perda de um filho já nascido, pois a percepção geral é a de que a vida vale muito mais depois do nascimento. E esta crença também encontra fundamentos científicos, diante da constatação de que, pelo menos até a formação do córtex cerebral - que só acontece no segundo trimestre de gestação -, não há nenhuma dúvida sobre a absoluta impossibilidade de que o feto apresente capacidade mínima para a racionalidade 44 . Antes disso, o nascituro não é capaz de qualquer tipo de sentimento ou pensamento, pois, como ressaltou Maurizio Mori, “o córtex constitui o substrato biologicamente necessário do qual emerge a novidade do nível cultural-racional”, sem a qual, nas palavras do autor italiano, não existe senão a “naturalidade do mundo orgânico”. (Sarmiento, 2010, p.31,30, aput Op. cit., p. 55.)

Também entendemos que essa questão sobre o nascituro e seu direito a vida permeia por aspectos pessoais e individuais de cada ser humano que perpassa nas suas convicções sobre a vida humana e sobre questões de religião. Porém percebemos que este contexto entra em choque com

o que a Ciência aborda. Ela deixa claro que o feto só passara a ter de feto vida no segundo trimestre de gestação pela formação cerebral.

Paradoxalmente, práticas como a fertilização in vitro, que frequentemente envolvem o descarte de embriões, não enfrentam a mesma resistência moral ou legal que o aborto. Esse contraste evidencia uma relativização da proteção ao nascer dependendo do contexto em que ele se encontra. A fertilização in vitro é amplamente aceita, provavelmente porque seu objetivo principal é a geração de vida, enquanto o aborto, na perspectiva de seus críticos, é entendido como uma interrupção.

O direito brasileiro também reconhece direitos ao nascituro em determinada circunstância, como no caso de herança (art. 2º do Código Civil), onde ele é considerado “pessoa concebida, mas ainda não nascida”. Isso reforça o caráter híbrido e polêmico do status jurídico do nascituro: por um lado, é protegido em algumas áreas do direito civil; por outro, não possui a mesma tutela no âmbito penal, evidenciando a dualidade do sistema legal em relação à sua condição. Segundo Sarmiento coloca.

Não há, por outro lado, incompatibilidade intransponível entre dita concepção e o disposto no art. 4.1 do Pacto de San Jose da Costa Rica 57, segundo o qual, “toda a pessoa tem direito a que se respeito sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”. Com efeito, a tese que ora se sustenta também parte da premissa de que a proteção da vida se inicia no momento da concepção. Apenas afirma que a tutela da vida anterior ao parto tem de ser menos intensa do que a proporcionada após o nascimento, sujeitando-se, com isso, a ponderações de interesses envolvendo outros bens constitucionalmente protegidos, notadamente os direitos fundamentais da gestante.

Aliás, o emprego da expressão “em geral”, no texto do artigo em discussão, revela com nitidez que as partes celebrantes do tratado não quiseram conferir à vida intra-uterina uma proteção absoluta 58. Neste particular, o uso da cláusula “em geral” evidencia que a proteção à vida intra-uterina deve ser concebida como um princípio e não como regra. Em outras palavras, e empregando a conhecida fórmula de Robert Alexy, a proteção ao nascituro constitui um “mandado de otimização” 59 em favor de um interesse constitucionalmente relevante – a vida embrionária -, sujeito, contudo, a ponderações com outros princípios constitucionais, e que pode ceder diante deles em determinadas circunstâncias.

Podemos observar por exemplo, que o direito brasileiro coloca que o aborto nos casos previstos no ordenamento jurídico brasileiro (como em situações de risco à vida da gestante, anencefalia ou gravidez resultante de estupro) reflete essa ponderação. Nesses casos, o interesse na proteção da vida do nascituro é relativizado face a outros valores constitucionais, como o direito à saúde e à dignidade da mulher. A possibilidade de relativização reafirma que a proteção à vida intrauterina deve ser tratada no campo dos princípios, sujeita a análises contextuais e pondera. A proteção da vida intrauterina antes do nascimento deve ser menos intensa do que a proteção à vida após o parto, a vida humana adquirida após o nascimento é revestida de um valor jurídico mais sólido e absoluto no ordenamento jurídico do nosso país. Portanto, essa distinção é consistente com a própria aplicação do direito penal, que prevê penas mais brandas para o aborto em comparação com o homicídio. Sendo assim, é possível concluir que a ordem constitucional brasileira protege a vida intra-uterina, mas que esta proteção é menos intensa do que a assegurada à vida das pessoas nascidas, podendo ceder, mediante uma ponderação de interesses, diante de direitos fundamentais da gestante. E podemos também notar que a tutela da vida do nascituro é mais intensa no final do que no início da gestação, tendo em vista o estágio de desenvolvimento fetal e, portanto, é necessário levar em consideração sso ao questionarmos o direito de vida embrionário e a continuação do aborto como crime em nosso país.

7187

Sarmento aborda e ainda coloca que:

A Convenção Européia de Direitos Humanos não dispõe expressamente sobre a proteção ao nascituro. Contudo, a Comissão foi provocada na década de 80 por um cidadão inglês 28 , que afirmava que a decisão unilateral de sua mulher de realizar o aborto, realizada com amparo na legislação inglesa – o Abortion Act de 1967 – violava o direito à vida, previsto no art. 2º daquela Convenção, assim como o direito à privacidade familiar, consagrado no seu art. 8º. A Comissão declarou inadmissível o requerimento, argumentando que a palavra “pessoa”, utilizada no art. 2º da Convenção, só seria aplicável a indivíduos já nascidos. E conclui que, em se tratando de interrupção da gestação realizada na fase inicial de gravidez, o direito à vida familiar do genitor potencial deveria ceder, numa ponderação, ante os direitos à saúde e ao respeito da vida privada da mãe (Sarmento, 2010, p.20)

O caso mencionado, analisado pela Comissão Europeia de Direitos Humanos, é um exemplo emblemático das complexas interações entre direitos reprodutivos, autonomia individual e proteção à vida dentro do contexto jurídico europeu.

No caso analisado, a Comissão decidiu que o direito à vida consagrado no art. 2º da Convenção não se estende ao nascituro. Esta decisão baseia-se numa interpretação restritiva do termo “pessoa”, aplicando-se apenas a indivíduos nascidos. Essa escolha reflete uma visão pragmática e legalista, evitando estender a proteção de forma que entrasse em conflito direto

com os direitos reprodutivos e a autonomia da mulher, já reconhecidamente reconhecida em várias legislações europeias.

A decisão da Comissão Europeia reforça a ideia de que o estatuto jurídico do nascituro varia de acordo com o estágio da gestação. Nos estágios iniciais, o nascimento não é reconhecido como titular de direitos absolutos, mas sua proteção pode aumentar à medida que a gravidez avança.

Essa decisão também está alinhada com as tendências europeias de tratar o aborto como uma questão de saúde pública e de direitos individuais, em vez de uma violação ao direito à vida. Em muitos países europeus, o aborto é legalizado e regulamentado, permitindo a interrupção da gravidez durante os estágios iniciais sem a necessidade de justificativas complexas. O foco é garantir que as mulheres tenham acesso a serviços seguros e legais, minimizando riscos à saúde e garantindo sua autonomia.

O caso abordado pela Comissão Europeia demonstra a importância de ter uma abordagem equilibrada e humanizada para lidar com o aborto, permitindo as múltiplas dimensões envolvidas: jurídicas, éticas, sociais e individuais. A decisão coloca o olhar sobre que se pode garantir o respeito e autonomia da mulher, sem precisar ignorar os desafios éticos e legais relacionados à proteção do nascituro e aos direitos dos genitores potenciais. Sabemos que em temas tão sensíveis, o direito precisa ser flexível e adaptável, capaz de responder às demandas de uma sociedade, de sua cultura e de seus indivíduos, mas sempre os resguardando e assegurando os direitos de todos com igualdade, justiça equidade para todos sem distinção de raça, cor, etnia, credo e gênero.

7188

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazendo como objetivo geral que é de investigar as implicações sociais, jurídicas e de saúde pública decorrentes da possível descriminalização do aborto na sociedade brasileira, utilizando a experiência da França na aplicação do procedimento e sua integração ao ordenamento jurídico como referência, que foi alcançado ao abordar como a legalização do aborto poderá reduzir as mortes e complicações decorrentes de abortos clandestinos e inseguros, e ao mesmo tempo em que poderia promover o fortalecimento do princípio da autodeterminação das mulheres e ampliaria o acesso igualitário aos serviços de saúde. Além disso, a legalização também fortaleceria o compromisso do Brasil com os princípios constitucionais de dignidade

humana, autonomia e igualdade, e o fortalecimento das políticas públicas relacionadas aos direitos reprodutivos que contribuirá para a educação e conscientização da população.

Os objetivos específicos foram: a) explorar o conceito de aborto na sociedade francesa, examinando sua relevância para o contexto brasileiro; b) identificar os principais argumentos que levaram à descriminalização do aborto na França e sua possível aplicabilidade no cenário brasileiro; c) analisar o impacto do ordenamento jurídico francês no debate sobre o aborto no Brasil, investigando como a legislação e os precedentes judiciais franceses podem influenciar as discussões legais e sociais no contexto brasileiro. Que alçamos quando analisamos o conceito de aborto na legislação brasileira e quais eram seus aspectos e questões, e a percepção do aborto para nós enquanto sociedade brasileira, dessa forma, concluímos que o aborto se tornou uma prática comum em nossos país.

Ao analisarmos a mudança na legislação francesa o Brasil poderia tomar medidas para reconhecer o aborto como um direito fundamental, considerando a realidade social do Brasil e os princípios constitucionais de liberdade e igualdade.

O problema apresentado foi resolvido no momento que foi descrito quando observamos a França que já é um país consolidado nessa questão e trata do direito ao aborto desde de 1975, e foi um dos países pioneiros a assegurar esse direito as mulheres e continua em constante evolução incorporando em sua legislação garantias e direitos fundamentais abrangendo para todos os tipos de indivíduos, tendo recentemente em 2014 o direito a interrupção de gravidez Constitucional. Por conta disso, podemos observar e a França e tomar a mesma como exemplo para o Brasil, usando como parâmetro que o nosso país tem tido influência da França em nosso ordenamento jurídico por bastante tempo.

Com ênfase na situação brasileira vigente e em exemplos internacionais, como a recente inserção do direito ao aborto na Constituição Francesa, observamos ao analisarmos as referências e dados que a legalização do aborto poderia trazer como resultado uma significativa diminuição nos riscos à saúde das mulheres, e ao mesmo tempo garantir um direito fundamental à autodeterminação da mesma, tendo em vista que esse direito é de extrema necessidade para que uma sociedade seja democrática e plural.

A legalização do aborto no Brasil poderia não apenas reduzir os riscos à saúde das mulheres, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao garantir direitos reprodutivos e melhorar a qualidade do atendimento à saúde.

A partir dos dados apresentados, é possível afirmar que a legalização do aborto representaria um avanço significativo na proteção da saúde das mulheres, ao assegurar que as mesmas possam ter acesso a cuidados médicos seguros e de qualidade, em especial aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

É evidente que a legalização do aborto poderia proporcionar uma mudança crucial no cenário Jurídico-social brasileiro, permitindo que o procedimento seja realizado de maneira mais segura e regulamentada, trazendo um impacto direto na redução das desigualdades sociais e também de gênero no nosso país.

Portanto, a legalização do aborto no Brasil não só contribuiria para a proteção da saúde das mulheres, mas também para a ampliação de direitos fundamentais, e para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em síntese, a legalização do aborto seria um passo essencial para a construção de uma sociedade democrática e equânime e inclusiva, respeitando assim a autonomia e os direitos básicos e fundamentas das mulheres do nossos país.

## REFERÊNCIAS

ABORTO é um dos principais causadores de mortes maternas no Brasil. CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXPRESSÃO NACIONAL. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/445740-aborto-e-um-dos-principais-causadores-de-mortes-maternas-no-brasil/#:~:text=No%20Brasil%2C%20cerca%20de%20800,ultrapassar%20um%20milh%C3%A3o%20de%20mulheres> . Acesso em: 28 de março de 2024. 7190

ALVAREZ, Vanessa. Aborto: um direito constitucional na França e um crime no Brasil. Consultor Jurídico. 13 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-nov-13/vanessa-alvarez-aborto-direito-franca-crime-no-brasil/>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

BRASIL de Fato. "França se torna o primeiro país a proteger o aborto em sua Constituição". Brasil de Fato, 4 de março de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

CRUZ, George Marmelstein. "França e o direito ao aborto: um convite ao debate sério e racional em 2024." Conjur, 3 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-abr-03/franca-e-o-direito-ao-aborto-um-convite-ao-debate-serio-e-racional-em-2024/>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

CÚNICO, Sabrina Daiana et al. Algumas considerações acerca da legalização do aborto no Brasil. Mudanças-Psicologia da Saúde, v. 22, n. 1, p. 41-47, 2014. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=algumas+considera%C3%A7%C3%B5es+da+legaliza%C3%A7%C3%A3o](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=algumas+considera%C3%A7%C3%B5es+da+legaliza%C3%A7%C3%A3o)

o+do+aborto+no+brasil&btnG=#d=gs\_qabs&t=1714929956453&u=%23p%3DBXkSFX3qcrYJ .  
Acesso em: 05 de maio de 2024.

FEITOSA, Diógenes Freire. Com mais de 6 milhões de vítimas em 2024, morte por aborto lidera ranking mantido por organização. GAZET DO POVO, Vida e cidadania. 19 de fevereiro de 2024. Disponível em : <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-mais-de-6-milhoes-de-vitimas-em-2024-morte-por-aborto-lidera-ranking-mantido-por-organizacao/#:~:text=Em%202023%2C%20segundo%20dados%20do,44%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20abortos> . Acesso em: 04 de abril de 2024.

IMBACHT, Romain, ROMAIN, Manon. L'IVG inscrite dans la Constitution : le détail des votes des députés et sénateurs réunis en Congrès. LE MONDE. Publié le 04 mars 2024, modifié le 04 mars 2024. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2024/03/04/l-ivg-inscrite-dans-la-constitution-le-detail-des-votes-des-deputes-et-senateurs-reunis-en-congres\\_6220076\\_4355770.html](https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2024/03/04/l-ivg-inscrite-dans-la-constitution-le-detail-des-votes-des-deputes-et-senateurs-reunis-en-congres_6220076_4355770.html). Acesso em: 04 de abril de 2024.

INTERRUPTION volontarie de grossesse \*IVG\*. REPUBLIQUE FRANCAISE, Servvier\_Public.fr, Le site officie de l' administration francaise. 25 avril 2024. Disponível em: <https://www.service-public.fr/> . Acesso em: 5 de maio de 2024.

LEÃO, David Nicholas Alves Felismino Leite et al. O caráter simbólico da legislação do aborto. 2021. Tese de Doutorado. Disponível em : <https://repositorio.apps.uern.br/xmlui/handle/123456789/340>. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

LIBERDADE e garantia para o aborto: por que França se tornou 1º país a colocar direito de interromper gravidez na Constituição. BBC NEWS BRASIL. 4 de março de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c89vxy9n27xo> . Acesso em; 28 de março de 2024.

NISHIDA, Erika. Quais números mudam após a legalização do aborto. UOL, giz-br, Vaga Digital Para as Pessoas. 22 fevereiro de 2021. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/quais-numeros-mudam-legalizacao-aborto/> . Acesso em: 28 de março de 2024.

PIRES, Teresinha Inês Teles. Estado democrático de direito e as liberdades individuais: A legalização do aborto à luz do princípio da autodeterminação. Revista da Faculdade de Direito UFPR, v. 58, p. 125-145, 2013.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e Constituição. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1317>. Acesso em: 05 maio de 2024.